

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E SUA DIALÉTICA NEGATIVA

HOMENAGEM A FLORESTAN FERNANDES

JUAREZ GUIMARÃES

Como um conceito praxiológico, isto é, ligado desde sempre às lutas emancipatórias de sentido popular, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos povos colonizados, a revolução democrática pode e deve ser atualizada em vários contextos históricos.

O melhor é que seja expressão de um ascenso revolucionário dos oprimidos, como, por exemplo, o *Manifesto Comunista* de 1848 e *A Guerra Civil na França*, de 1871, quando Marx e Engels inscrevem a luta dos proletários na luta pela democracia, formulando para ela um programa radical, ou quando Marx, sob as cinzas da Comuna de Paris, pensa os fundamentos democráticos radicais de um Estado de transição ao socialismo alternativo ao Estado burguês.

Ou, como no período contemporâneo, como é o caso da expressão da experiência do povo boliviano em refundar o Estado, através de um processo constituinte de largo fôlego, no qual se subvertem as raízes coloniais e patriarcais do Estado, formu-

JUAREZ GUIMARÃES é professor da UFMG. Doutor em Ciências Sociais, pesquisa nas áreas de teoria política e do pensamento político e social brasileiro com ênfase nas tradições republicanas, marxistas, feministas e antirracistas. Autor de *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal* (Xamã), *A esperança crítica* (Scriptum) e *A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição* (FPA).

lam-se novas culturas de direitos coletivos e se reorganizam as relações das comunidades indígenas com o poder político.

No período da experiência de coalizões lideradas pelo PT no governo nacional, o tema da revolução democrática, formulado inicialmente na cultura petista pelo companheiro Marco Aurélio Garcia, foi retomado pela esquerda petista para indicar os limites da democratização real do poder no Estado brasileiro, para ir além destes limites e para alavancar um programa histórico estrutural de transformações, não compatíveis de serem alcançados no quadro de uma governança sempre negociada com a pressão neoliberal, com um Congresso Nacional majoritariamente conservador, com um sistema de justiça ainda muito herdeiro das tradições elitistas, com um processo de formação de opinião corrompido pelo oligopólio empresarial não regulado e pela ausência de uma Justiça de Transição que tivesse reorganizado o aparato de coerção e militar no Brasil após a redemocratização.

Mas exatamente os limites de institucionalização da experiência petista de governo nacional e do próprio partido sempre foram um obstáculo intransponível à aceitação de um programa de revolução democrática, que criasse uma dinâmica de reorganização dos fundamentos de poder do Estado brasileiro. Pelo contrário, nos últimos anos, com a pretensa estabilização de uma coalizão tendo no PMDB um ator central, foi exatamente esta dinâmica de crescente adaptação às dimensões liberais e neoliberais do Estado brasileiro que ganhou corpo, enfraquecendo a base social das esquerdas e expondo-as ao ataque frontal da direita neoliberal.

Agora, frente à desestabilização da democracia brasileiro, à dinâmica de destruição dos direitos previstos na Constituição de 1988 pelo neoliberalismo e com a ascensão do governo Bolsonaro, o tema da revolução democrática retorna como crítica negativa da ordem, como exigência de reorganização do programa democrático e de sua radicalização frente a um impasse histórico de aprofundadas raízes. Foi exatamente

através de uma dialética negativa que o tema da revolução democrática ganhou dinamismo e consistência na obra de Florestan Fernandes, centralizando cada vez mais o seu diagnóstico e programa para as esquerdas.

FLORESTAN FERNANDES E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Era através dos paradigmas da sociologia, de sua linguagem e de seus conceitos, que o grande mestre da sociologia universitária brasileira pensava a política, o Estado e suas transformações históricas e possíveis. Uma vez convidado a dar um curso de Ciência Política, na PUC-SP, já retornado do exílio e tendo sido aposentado compulsoriamente na USP pela ditadura, Florestan marcou de saída seu estranhamento em relação às linguagens de uma ciência política predominantemente liberal. Assim, suas reflexões sobre a democracia no Brasil foram desde sempre uma sociologia política, isto é, pensada a partir dos estamentos herdados do período colonial e da experiência da escravidão e das classes sociais em formação no capitalismo brasileiro.

Esta reflexão não é de menor importância pois ela nos fornece uma bússola, um caminho para ler toda a sua obra e compreender melhor o lugar central que a revolução democrática ocupa em seu pensamento e em sua práxis socialista. Já há um conjunto de interpretações que refutam a tese longamente influente de Bárbara Freitag que teria havido uma ruptura epistemológica entre a primeira fase da obra de Florestan, mais inserida em um ambiente de formação universitária e de caráter científico, e outra, radicalizada no pós-1964, de crescente impregnação do marxismo e de militância nos quadros da esquerda. A leitura profunda e sistemática da coerência da obra de Florestan não autoriza esta interpretação. Esta coerência do conjunto de sua obra se organiza exatamente em relação à questão democrática.

A questão da construção da democracia no Brasil, pensada a partir de uma sociologia crítica, referia-se desde o início da reflexão de Florestan às possibilidades de no Brasil formar-se uma “sociedade competitiva de classes” aos moldes dos países capitalistas desenvolvidos. Era, decerto, uma problemática de época, típica do pós-guerra, na qual predominava um liberalismo social ou keynesiano, que se refletia na sociologia exatamente a partir de teorias da modernização social.

O primeiro teste crítico desta hipótese democratizante veio para Florestan, como ele próprio nos conta, meio pelo acaso, através do convite de Roger Bastide para participar de uma pesquisa nacional, financiada pela ONU, sobre a formação ou não no Brasil de uma sociedade de harmonia racial e de miscigenação virtuosa, como foi interpretada a tese de Gilberto Freyre sobre a formação do Brasil, com base em sua trilogia iniciada com *Casa Grande & Senzala*. O resultado desta investigação sociológica empiricamente feita no estado de São Paulo não autorizou a hipótese democratizante: os negros continuavam à margem da sociedade de classes em formação. Nascia a problemática racial em Florestan Fernandes que é propriamente a gênese de sua interpretação do Brasil e que vai solidarizá-lo com o MNU na crítica à longa hegemonia da tese da “democracia racial”.

Em diálogo com a tradição sociológica progressista da Escola de Chicago (que não deve ser confundida com a tradição econômica neoliberal radical que depois ali se institucionalizou), Florestan no período que vai do pós-guerra aos anos cinquenta trabalhou o conceito de “demora” ou “atraso” no processo de modernização das estruturas sociais e culturais típicas de uma moderna sociedade de classes em função da resiliência de situações opressivas e de hábitos continuados herdados da sociedade escravocrata. No pré-64, esta noção de uma temporalidade própria e tardia da sociedade brasileira, em seu difícil processo de formação de uma “sociedade competitiva de classes” se combinaria com o diagnóstico de uma

resistência persistente e difícil em aceitar a democratização da ordem por parte das classes dominantes, ciosas da manutenção de seus privilégios.

Florestan não diagnosticaria no pré-64 propriamente uma conjuntura pré-revolucionária, mas de aberta pressão reformista sobre as estruturas da dominação, visando à incorporação ampla dos setores populares à ordem dos direitos democráticos. O golpe civil militar de 1964 e o aprofundamento de sua dinâmica autocrática em 1968 vieram, então, confirmar esta sociologia de um impasse histórico central no processo de democratização social do Brasil.

Em *A revolução burguesa no Brasil*, este impasse ganharia o sentido de uma tese de interpretação de longo fôlego. Aqui, as classes burguesas, pressionadas por baixo e dependentes do imperialismo por cima, não teriam *anima* nem espaço histórico para liderar a passagem para uma ordem moderna democrática. A autocracia seria o modo de atualizar o capitalismo brasileiro formando um “circuito fechado de poder”.

A democracia, então, de caráter subversivo seria o programa das classes trabalhadoras. Esta raiz sociológica de classe, pela sua própria dinâmica, levaria a que a luta democrática não devesse ser autocontida na ordem burguesa e muito menos na democracia liberal. Por isso, o conceito de uma revolução democrática vai ao centro da obra madura de Florestan Fernandes.

Este entendimento sociológico classista da atualidade da luta democrática, vinculando-a ao programa das classes trabalhadoras e populares fez Florestan recusar e criticar publicamente a noção de uma “democracia de valor universal”, que vinha na época do eurocomunismo e fazia entrada na cultura da esquerda brasileira através de Carlos Néilson Coutinho e de Francisco Weffort em *Por que democracia?*

Este conceito de revolução democrática permitiu também a Florestan Fernandes trabalhar criativamente a tensão entre reforma e revolução, tão típica das culturas do socialismo, através do par “revolução dentro da ordem” e “revolução

contra a ordem”. Isto é, entender a importância da luta pelos direitos dos trabalhadores em uma democracia ainda burguesa mais alargada e a necessidade de ir além dos limites desta ordem para aprofundar uma dinâmica de transformações socialistas. E o fez diferenciar uma república de democracia restrita de uma república de democracia ampliada, na qual pudesse se desenvolver plenamente a luta democrática das classes trabalhadoras, em uma reflexão que lembra muito o Marx de *Crítica ao Programa de Gotha*.

Foi, por fim, este conceito de revolução democrática que levou Florestan a entender a importância da luta na Constituinte de 1988, que aprovou um programa de direitos avançados em algumas áreas, e, ao mesmo tempo, exercer a crítica da transição conservadora, perguntando-se, ao modo de Marx, *Que tipo de República?*

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA VERSUS CONTRARREVOLUÇÃO

Da mesma forma que em Florestan Fernandes, o conceito de revolução democrática pode e deve orientar hoje o diagnóstico e o programa de luta em um período regressivo da ordem liberal. Ele nos ajuda a compreender o sentido e a dinâmica política da nova coalizão formada pelas classes dominantes brasileiras em aliança muito evidente com setores das classes dominantes internacionais e com a participação direta do Estado norte-americano.

Em síntese, o sentido do processo de desestabilização da democracia, o golpe de 2016, os ataques virulentos ao centro mesmo dos direitos expressos na Constituição de 1988, a linha de destruição do setor público da economia brasileira e a ascensão de Bolsonaro, é o de uma contrarrevolução, preventivamente acionada contra o reformismo contido dos governos liderados pelo PT. Esta contrarrevolução é uma refundação do Estado brasileiro a partir de um programa neoliberal

radical, que foi reorganizado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso a partir de 2011.

Este programa exigiu, para ser implantado e se tornar vitorioso, uma linguagem agressivamente formulada nos termos virulentos de ódio que supera mesmo aquele período da chamada “guerra fria”. Frustrada a vitória eleitoral de Aécio Neves em 2014, este programa de refundação do Estado brasileiro a partir de um neoliberalismo radical pôs em ação uma estratégia, articulada com as empresas de mídia e os setores dominantes do judiciário, de desestabilização da democracia brasileira.

Criou-se assim uma fatal defasagem entre a consciência programaticamente radical das classes dominantes, extremada em seu liberalismo antidemocrático, e a consciência das esquerdas brasileiras, em particular dos dirigentes do PT e do governo Dilma, fortemente adaptada à democracia liberal realmente existente e apegada às suas dinâmicas. Esta defasagem fatal não foi ainda superada pelas esquerdas brasileiras e continua a ser o seu principal limite hoje na luta contra o governo Bolsonaro.

Isto é: enquanto a coalizão neoliberal que dirigiu o golpe e sustenta ainda, apesar de suas divisões internas, o governo Bolsonaro, está “revolucionando” o Estado brasileiro a partir de seu programa histórico neoliberal, as esquerdas brasileiras continuam centradas principalmente na disputa institucional e sem um programa de revolucionar o Estado brasileiro a partir de seu programa histórico. Ou em outras palavras: as classes dominantes estão bem mais avançadas na implementação de seu programa de “revolução antidemocrática” do que a elaboração das esquerdas em seu programa de revolução democrática.

Esta acomodação das esquerdas brasileiras às instituições, agendas e calendários possíveis no quadro do Estado liberal vigente permitiu às classes dominantes acionar o conjunto das suas instituições para viabilizar e legitimar o próprio golpe na democracia: mídias empresariais desregulamentadas sem contrapartida em um sistema público de comunica-

ções; instituições do Ministério Público, do sistema judiciário e do próprio STF defasadas de controles democráticos ajustando as suas decisões à dinâmica do golpe; maiorias congressuais conservadoras mobilizadas para votar um impeachment sem crime de responsabilidade; instituições macroeconômicas neoliberais usadas em bloco para paralisar e quebrar a dinâmica econômica; as Forças Armadas, envolvidas desde o início na conspiração contra a democracia e sem freios democráticos, cada vez mais protagonistas e exercendo tutela sobre decisões até do STF.

Em síntese, as estruturas de poder não democratizadas foram facilmente capturadas para uma dinâmica antidemocrática. Vale aqui a lição publicamente expressa por Evo Morales: a capacidade de resistência democrática e popular a tentativas de golpe depende fundamentalmente do grau de avanço da revolução democrática. Se as classes dominantes podem utilizar em bloco as próprias instituições do Estado contra a democracia, então as chances de resistência ficam severamente diminuídas.

Esta captura dos órgãos do Estado para a gestão da luta política já sem uma regulação democrática pela Constituição de 1988 e suas jurisprudências minimamente estabilizadas provocam a emergência de um Estado de exceção permanente contra as esquerdas. O casuísmo, a luta de facções, o vale tudo eleitoral, a interdição de Lula ser candidato apesar de toda a desmoralização pública da Operação Lava Jato, a permanente violação de artigos da Constituição por aquele que ocupa o cargo da presidência, a votação de emendas à Constituição que, de fato, desconstitucionalizam toda uma gama de direitos fundamentais previstos, em um clima de profunda erosão dos fundamentos mínimos do processo de formação de uma opinião pública democrática, geram um grave dilema para as esquerdas que resistem à dinâmica da contrarrevolução neoliberal.

Este dilema, já entrevisto por Wanderley Guilherme dos Santos no livro que registrou de modo definitivo o golpe

de 2016 na cultura política brasileira, *A democracia impedida*, é o seguinte: se não lutam nos espaços institucionais apesar de seu processo de violação, as esquerdas correm o risco de se isolar e facilitar o trabalho de destruição da democracia e do setor público da economia; ao se inserirem neste espaço de uma “democracia de exceção”, correm o risco de legitimar o próprio processo de destruição da democracia, suas agendas e horizontes.

Sem um programa de revolução democrática não é possível superar este dilema e reabrir um horizonte estratégico de lutas para os trabalhadores e as classes populares.

ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

A atualidade de um programa da revolução democrática organiza cinco dimensões, complementares e coerentes entre si, da luta das esquerdas contra o governo Bolsonaro.

Em primeiro lugar, questiona frontalmente o falso realismo daqueles que, em nome de uma avaliação da correlação de forças, propõem uma “guerra de posição” no interior das instituições do regime de exceção que hoje vigora no Brasil. A competição eleitoral tomada como centro da estratégia, as negociações ou pactuações de alianças com setores considerados menos regressivos da coalizão neoliberal, um horizonte estritamente defensivo das lutas, continua sendo a ilusão fatal para as esquerdas, enredadas no labirinto de um processo de desdemocratização cuja finalidade maior é fazer o que for necessário para impedir o retorno das esquerdas ao governo das instituições estatais. Não é possível sequer acumular forças neste chão movediço: este é o terreno, pelo contrário, em que as esquerdas serão tragadas em sua identidade e condenadas a uma impotência histórica duradoura.

Em segundo lugar, a revolução democrática reclama de partida uma dinâmica unitária das forças de esquerda, capaz

de polarizar os partidos de centro-esquerda, hoje ainda posicionados ambigualmente na oposição à coalizão neoliberal. Sem ela, a escala de forças, o poder de convocação, a energia social mobilizada, o próprio horizonte programático das esquerdas se reduzem a uma vocação minoritária e fragmentada diante da unidade programática da coalizão neoliberal, para a qual convergem as classes dominantes. Trata-se do desafio de formar uma unidade política orgânica capaz inclusive de propor uma identidade comum para a resistência e esperança do povo brasileiro.

Em terceiro lugar, a revolução democrática repõe agora, em uma situação mais dramática, o desafio para as esquerdas brasileiras de romper o seu curso de institucionalização e construir juntas um movimento político organizado de raiz, capaz de reconstituir o solo social das esquerdas, duplamente atacado pela desconstituição das classes trabalhadoras e pela rede evangélica conservadora. Partidos de esquerda que organizam os seus ciclos políticos a partir da agenda eleitoral de um regime de exceção não são capazes de reconstituir sua base social. É exatamente o contrário: é a reconstituição de uma nova cultura de organização política, territorializada, unitária, feminista e antirracista, capaz de estar junto e dar voz à imensa e crescente legião de trabalhadores precarizados, que pode fornecer uma potência eleitoral com vocação hegemônica para as esquerdas.

Em quarto lugar, a revolução democrática permite e propõe uma dialética criativa entre as lutas de resistência e a construção de uma alternativa para o país. Nenhuma luta de resistência se faz sem esperança. É a esperança que é capaz de soprar os pulmões de quem, como George Floyd, não consegue mais respirar. Sem uma perspectiva de refundação da democracia no Brasil, de uma nova democracia que supere os limites daquela que pôde ser construída em um processo de transição conservadora no qual as forças de esquerda eram minoritárias, sem estabelecer uma vigência plena de um prin-

cípio de soberania popular, nenhum direito humano sairá do ciclo de ameaça e destruição organizado pela coalizão neoliberal.

Serão as esquerdas brasileiras, em um novo ciclo político histórico longo, capazes de refundar o Estado brasileiro através de uma revolução democrática, construindo não mais uma república liberal, mas uma república democrática e popular, que abra os caminhos para as grandes transformações estruturais desde sempre sonhadas pelos lutadores históricos do povo brasileiro e atualizadas pela emergência de novas lideranças populares? Se não for capaz desta aspiração, anotava Antonio Gramsci, as esquerdas perdem de saída sua vocação hegemônica e sua identidade, pois é através da luta por um novo Estado que se constroem os valores de uma nova civilização socialista. Um dirigente revolucionário, talvez o mais realista de toda a história do socialismo, uma vez afirmou que é preciso sonhar desde que construamos dia a dia, passo a passo, a imaginação deste sonho. Sonhar, então, de olhos bem abertos e perscrutadores: é este hoje o conselho maior que uma inspiração da revolução democrática interpela as esquerdas brasileiras em uma das situações mais dramáticas de toda a sua história.